



RSM

RSM Brasil

Av. Marquês de São Vicente, 182 - 2º Andar
Barra Funda - SP - Brasil
Cep: 01139-000
T +55 (11) 2348-1000
F +55 (11) 2117-1300

www.rsmbrasil.com.br

RSM Brasil is a member of the RSM network and trades as RSM. RSM is the trading name used by the members of the RSM network. Each member of the RSM network is an independent accounting and consulting firm which practices in its own right. The RSM network is not itself a separate legal entity in any jurisdiction.

WEMOBI - MOBILIDADE E TECNOLOGIA LTDA

Demonstrações Financeiras Acompanhadas do Relatório
do Auditor Independente

Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

WEMOBI - MOBILIDADE E TECNOLOGIA LTDA

Índice

	Página
Relatório de administração	2
Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras	3
Demonstrações Financeiras	6
Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras	12

WEMOBI - MOBILIDADE E TECNOLOGIA LTDA.

CNPJ Nº 43.456.317/0001-40

NIRE Nº 35.2.3775661-6

Relatório da Administração - Exercício 2024

Senhores Cotistas,

Atendendo as disposições legais, submetemos a apreciação de V. Sas. as demonstrações financeiras acompanhadas do relatório (parecer de auditoria) dos auditores independentes, referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023.

Considerações:

Mercado: A Wemobi registrou crescimento de 26% em relação a 2023.

Serviço ao Cliente: A satisfação do cliente continuou a ser uma prioridade, com a implementação de melhorias no atendimento e na experiência de viagem. Pesquisa de satisfação indica um aumento na aprovação dos serviços, refletindo os esforços contínuos da empresa para atender às necessidades dos passageiros.

Desenvolvimento Humano: Desenvolvimento de Lideranças; Comitê de Diversidade, Equidade, Inclusão e Pertencimento (fórum entre os colaboradores para criar ações com foco em diversidade, equidade, inclusão e pertencimento); Diário de Bordo (canal de comunicação por e-mail e whatsapp); What's Up? (reunião semanal de acompanhamento de temas pertinentes as áreas); Papo Aberto (fórum com um palestrante convidado para debater diversos temas da atualidade sugeridos pelos funcionários), MBA (ITL), desenvolvimento de novas lideranças (Programa Liderar).

GUSTAVO NADER DAMIÃO RODRIGUES

Diretor Presidente

CPF: 032.261.947-55

RODRIGO TREVIZAN

Diretor Executivo

CPF: 259.802.018-90

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

Aos

Quotistas e Administradores da

Wemobi Mobilidade e Tecnologia Ltda.

Rio de Janeiro- RJ

1. Opinião sobre as demonstrações financeiras

Examinamos as demonstrações financeiras da **Wemobi Mobilidade e Tecnologia Ltda. (“Empresa”)** que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações dos resultados do exercício e dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Wemobi Mobilidade e Tecnologia Ltda.** em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

2. Base para opinião sobre as demonstrações financeiras

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Empresa de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião sobre as demonstrações financeiras.

3. Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Empresa, continuar operando, divulgando quando aplicável, os assuntos relacionados a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Empresa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

4. Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possa causar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 25 de abril de 2025.

A handwritten signature in black ink, appearing to read "Luiz Claudio Fontes".

Luiz Claudio Fontes
Contador CRC 1RJ-032.470/O-9

RSM Auditores Independentes Associados- Sociedade Simples
CRC 2SP-030.002/O-7 "S" RJ

A small version of the RSM logo, consisting of three colored squares (grey, green, blue) above the letters "RSM".

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2024 e em 31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em reais)

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
<u>Ativo</u>			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	1.625	450
Contas a Receber			
. Clientes	4	4.106	6.192
. Partes relacionadas	4	395	44
Total de Contas a Receber de clientes e Partes Relacionadas		4.501	6.236
Impostos a recuperar	5	26	27
Despesas antecipadas	6	-	4
Outras contas circulantes ativas	7	132	1.133
Total do Circulante		6.284	7.850
Não circulante			
Realizável a Longo Prazo			
. Impostos (IRPJ e CSLL) diferidos ativos	15.3	16.641	15.250
. Depósitos judiciais	22.1	3	-
Imobilizado	8	142	128
Total do Não Circulante		16.785	15.378
Total do Ativo		23.070	23.229

As Notas Explicativas São parte Integrante das Demonstrações Financeiras.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2024 e em 31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em reais)

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
<u>Passivo e Patrimônio líquido</u>			
Circulante			
Fornecedores a pagar			
. Nacionais- terceiros	9	458	404
. Partes relacionadas	9	4.705	5.541
Total de Fornecedores a pagar a terceiros e partes relacionadas		5.163	5.944
Salários, encargos e obrigações sociais	10	766	745
Impostos a recolher, exceto CSLL e IRPJ	11	171	213
Adiantamento de clientes	12	77	58
Outras contas a pagar	13	419	512
Total do Circulante		6.596	7.473
Não circulante			
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	13	13.909	9.991
Provisão para passivos contingentes	14	147	223
Total do Não Circulante		14.056	10.214
Patrimônio líquido			
Capital social subscrito e integralizado	16	44.870	44.870
Prejuízos acumulados		(42.452)	(39.327)
Total do Patrimônio Líquido		2.417	5.543
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		23.070	23.229

As Notas Explicativas São parte Integrante das Demonstrações Financeiras.



WEMOBI - MOBILIDADE E TECNOLOGIA LTDA
CNPJ: 43.456.317/0001-40

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS DOS EXERCÍCIOS

Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2024 e em 31 de dezembro de 2023.

(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Receita Operacional Líquida	17	10.605	14.343
Custo dos serviços prestados	18	(184)	(3.290)
Lucro bruto		10.421	11.053
(Despesas) receitas operacionais			
Despesas administrativas	19	(8.727)	(8.591)
Despesas comerciais	19	(6.209)	(8.272)
Outras receitas e (despesas) operacionais	20	(197)	(113)
Total (despesas) receitas operacionais		(15.133)	(16.975)
Lucro operacional, exceto resultado financeiro		(4.712)	(5.922)
Resultado financeiro líquido (despesa) receita financeira	21	197	(697)
Lucro antes dos impostos		(4.515)	(6.619)
Impostos de renda e cont. social diferidos	15.2	1.390	2.125
Prejuízo líquido do exercício		(3.125)	(4.494)
Prejuízo por Quota em Reais		(0,07)	(0,92)

Nota: As demonstrações dos resultados abrangentes não estão sendo apresentadas, visto que inexistiram lançamentos contábeis que impactaram essa rubrica.

As Notas Explicativas são parte Integrante das Demonstrações Financeiras.



WEMOBI - MOBILIDADE E TECNOLOGIA LTDA
CNPJ: 43.456.317/0001-40

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMONIO LÍQUIDO

Exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em reais)

	Capital social subscrito e integralizado	(Prejuízos) Acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2022	44.870	(34.833)	10.036
Prejuízo do exercício		(4.494)	(4.494)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	44.870	(39.327)	5.542
Prejuízo do exercício		(3.125)	(3.125)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	44.870	(42.452)	2.417

As Notas Explicativas são parte Integrante das Demonstrações Financeiras.

**WEMOBI - MOBILIDADE E TECNOLOGIA LTDA****CNPJ: 43.456.317/0001-40****DEMONSTRAÇÕES DE FLUXOS DE CAIXA**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em reais)

	31/12/2024	31/12/2023
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro/(Prejuízo) líquido do exercício	(3.125)	(4.494)
Depreciação	16	5
Imposto de renda e contr. social – Diferidos	(1.390)	(2.125)
Provisão p/riscos fiscais, trabalhistas e outros	(76)	(62)
Lucro Líquido do Exercício Ajustado	(4.575)	(6.676)
(Aumento) redução dos ativos:		
Clientes e operações a receber	1.736	(1.978)
Impostos e contribuições a recuperar	1	(4)
Outros créditos a receber	1.002	(941)
Aumento (redução) dos passivos:		
Fornecedores	54	126
Salários e encargos	21	744
Impostos a recolher	(42)	(68)
Partes relacionadas	(835)	(1.230)
Outros passivos	(75)	69
Caixa Líquido Proveniente das Atividades Operacionais	(2.713)	(9.958)
	31/12/2024	31/12/2023
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Aquisições de imobilizado	(30)	(132)
Adiantamento p/aumento de capital (Investidas)	3.918	9.991
Caixa Líquido Aplicado nas Atividades de Investimentos	3.889	9.859
AUMENTO LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	1.175	(99)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	449	549
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	1.625	449
Variação do Caixa e Equivalentes de Caixa no Exercício	1.175	(99)

As Notas Explicativas são parte Integrante das Demonstrações Financeiras.

1. Contexto Operacional

A Empresa foi constituída em 2021 tendo como objetivo intermediação, agenciamento e corretagem de negócios/títulos em geral por meios físicos e/ou digitais, sem especificação defina (exceto imobiliário), promovendo a integração entre profissionais/empresas/consumidores.

A Empresa faz parte do Grupo JCA que atua em outras empresas do mesmo ramo de atividade. As Empresas do Grupo JCA são:

- Auto Viação 1001 Ltda.
- Viação Cometa S.A.
- Auto Viação Catarinense Ltda.
- Expresso do Sul S.A.
- Rápido Macaense Ltda.
- SIT Macaé Transportes S.A. (controlada diretamente pela Rápido Macaense Ltda.)
- Rápido Ribeirão Preto Ltda.
- Opção JCA Turismo e Fretamento Ltda.
- Metar Logística Ltda.
- Wemobi - Mobilidade e Tecnologia Ltda.
- Clube Giro
- Outlet de Passagens

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Milhares de Reais (R\$ mil), sendo o Real a moeda funcional da Empresa, exceto quando indicado de outra forma.

2. Resumo das Principais Práticas Contábeis**2.1. Base de Apresentação**

As demonstrações financeiras da Empresa dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária previstas na Lei nº 6.404/76 com alterações da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"). As demonstrações financeiras foram aprovadas pela diretoria da Empresa em 28 de fevereiro de 2025, considerando os eventos subsequentes ocorridos até esta data, que tiveram efeito sobre as divulgações das referidas demonstrações financeiras.

2.2. Caixa e equivalentes de caixa

Incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos financeiros de curto prazo de alta liquidez com vencimentos não superiores há 90 dias e com risco insignificante de mudança de valor de mercado.

2.3. Contas a receber de clientes e outros recebíveis

As contas a receber estão registradas pelos valores efetivamente faturados e estão apresentadas a valores de realização. Quando necessária, a provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa é constituída com base em histórico no relacionamento com os clientes e considerada suficiente para a expectativa de perdas na realização de créditos.

2.4. Contas a Receber e a Pagar a Partes Relacionadas

Os contratos ativos e passivos mantidos com partes relacionadas vencem em 30 de dezembro de 2024 e são renováveis automaticamente. Ainda, destaca-se que a administração está convicta no efetivo recebimento das suas contas a receber provenientes das operações rotineiras a receber como descrito na Nota Explicativa N°4, e, portanto, inexistente uma provisão para perdas em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

2.5. Imobilizado

É registrado pelo custo de aquisição, líquido das depreciações acumuladas e não excede ao valor justo. A depreciação dos bens é calculada de acordo com as taxas informadas na Nota Explicativa N°8.

2.6. Avaliação do valor recuperável de ativos não financeiros (teste de *impairment*)

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido de seus principais ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando estas evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

2.7. Fornecedores a Pagar a Terceiros e a Partes Relacionadas

Saldos a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificados como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo). Caso contrário, os saldos a pagar aos fornecedores são apresentados como passivo não circulante.

2.8. Outros Ativos e Passivos (Circulantes e Não Circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos-futuros serão gerados em favor da empresa e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a empresa possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridas. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

2.9. Impostos

As despesas do Imposto de Renda (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) do exercício compreendem os impostos correntes e diferidos. Esses impostos são reconhecidos na demonstração do resultado calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidos de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 para o IRPJ e 9% sobre o lucro tributável para a CSLL.

O IRPJ e a CSLL (“Impostos Diferidos”) são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no fim de cada período de relatório entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais de IRPJ e base negativa de CSLL, apenas quando for provável que apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. O IRPJ e a CSLL correntes e diferidos são reconhecidos como despesa ou receita no resultado do exercício, exceto quando estão relacionados com itens registrados em outros resultados abrangentes ou diretamente no patrimônio líquido, caso em que os impostos correntes e diferidos também são reconhecidos como tal, respectivamente.

2.10. Provisões

Provisões Passivas em Geral- Provisões são reconhecidas quando a Empresa tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita.

Provisão para Contingências Passivas (Demandas Judiciais e Administrativas)

A Empresa é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como, prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais

As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes:

Ativos Contingentes: são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa.

Passivos Contingentes: são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa, e os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados e nem divulgados.

Obrigações Legais: são registradas como exigíveis, independente da avaliação sobre as probabilidades de êxito dos processos em que a empresa questiona a constitucionalidade dos tributos.

2.11. Reconhecimento de Receitas

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Empresa. A receita é apresentada líquida de impostos, devoluções, abatimentos e descontos. Geralmente, o montante de receitas brutas é equivalente ao valor das notas fiscais emitidas.

A Empresa reconhece a receita quando: (i) o valor da receita pode ser mensurado com segurança; (ii) é provável que benefícios econômicos futuros fluam para a Empresa e (iii) critérios específicos tenham sido atendidos para cada atividade da empresa, conforme descrição a seguir:

Vendas de Serviços- A receita proveniente do transporte de passageiros é reconhecida no momento da utilização dos serviços pelo passageiro e pela disponibilização dos serviços de transporte realizados pela empresa.

Receita Financeira - A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros.

2.12. Instrumentos Financeiros

Instrumentos financeiros não derivativos incluem caixa e equivalente de caixa, aplicações financeiras, contas a receber, operações com partes relacionadas, empréstimos e financiamentos, fornecedores, contas a pagar e outras dívidas. Os instrumentos financeiros foram reconhecidos de acordo com a NBC TG 48 - Instrumentos Financeiros, adotado pela Empresa a partir de 01 de janeiro de 2018. Após o reconhecimento inicial, a Empresa classifica os ativos financeiros como subsequentemente mensurados ao:

Custo amortizado: quando os ativos financeiros são mantidos com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais e os termos contratuais desses ativos devem originar, exclusivamente, fluxos de caixa decorrentes de pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA): quando os ativos financeiros são mantidos tanto com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais, quando pela venda desses ativos financeiros. Além disso, os termos contratuais devem originar, exclusivamente, fluxos de caixa decorrentes de pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Valor Justo por meio do Resultado (VJR): quando os ativos financeiros não são mensurados pelo custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou quando são designados como tal no reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são designados a mensuração pelo valor justo por meio do resultado quando a Empresa gerência e toma as decisões de compra e venda de tais investimentos, com base em seu valor justo e de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco documentado pela Empresa. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos, bem com os resultados de suas flutuações no valor justo.

Os passivos financeiros não derivativos são mensurados ao Custo amortizado: passivos financeiros não derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo acrescido, desde que não seja um item mensurado ao valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão.

A classificação dos ativos financeiros é baseada tanto no modelo de negócios da Empresa para a gestão dos ativos financeiros, quanto nas suas características de fluxos de caixa. Da mesma forma, a Empresa classifica os passivos financeiros como subsequentemente mensurados ao custo amortizado ou pelo valor justo por meio do resultado. Os passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado utilizam o método de taxa de juros efetiva, ajustados por eventuais reduções no valor de liquidação.

Valor justo por meio do resultado: quando classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são mensurados ao valor justo e mudanças no valor justo desses passivos, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidos no resultado do exercício;

Instrumentos financeiros derivativos e *hedge accounting*

Os instrumentos financeiros derivativos designados em operações de hedge são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data em que o contrato de derivativo é contratado, sendo reavaliados subsequentemente também ao valor justo. Derivativos são apresentados como ativos financeiros quando o valor justo do instrumento for positivo, e como passivos financeiros quando o valor justo for negativo. Quaisquer ganhos ou perdas resultantes de mudanças no valor justo de derivativos durante o exercício são lançados diretamente na demonstração de resultado, com exceção da parcela eficaz do hedge accounting, que é reconhecida diretamente no patrimônio líquido classificado como outros resultados abrangentes. Os valores contabilizados em outros resultados abrangentes são transferidos imediatamente para a demonstração do resultado quando a transação objeto de hedge afetar o resultado. A Empresa, em 31 de dezembro de 2024 e 2023, não tinha derivativos e consequentemente hedge accounting.

2.13. Demonstração dos Fluxos de Caixa

A demonstração dos fluxos de caixa foi preparada e está apresentada de acordo com a Deliberação CVM nº 641/2010, que aprovou o Pronunciamento Contábil CPC 03 (R2) - Demonstração dos fluxos de caixa, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e reflete as modificações no caixa que ocorreram nos exercícios apresentados.

2.14. (Prejuízo) por Quota

É calculado com base na quantidade de quotas/ ações em circulação do capital subscrito e integralizado na data dos balanços patrimoniais.

2.15. Uso de Estimativas e Julgamentos

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da administração no processo de aplicação das práticas contábeis.

Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e que possuem maior complexidade, bem como as áreas cujas premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota Explicativa nº 4- Provisão para perda esperada sobre contas a receber de clientes;
- Nota Explicativa nº 14- Provisão para contingências; e
- Nota Explicativa nº 23- Valor justo dos ativos financeiros.

2.16. Adoção das CPCs Novos e Revisados

a. CPCs Novos e Alterados Vigentes no Exercício Corrente:

No exercício corrente, a Empresa aplicou uma série de alterações às IFRSs emitidas pelo IASB, que são obrigatoriamente válidas para um período que se inicie em ou após 1/1/2024. A sua adoção não teve qualquer impacto material nas divulgações ou nos valores apresentados nessas Dfs.

i) Alterações à IAS 1- Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes: A Empresa adotou as alterações à IAS 1, publicadas em janeiro de 2020, pela 1ª vez no exercício corrente. As alterações 1 afetam apenas a apresentação de passivos como circulantes ou não circulantes no balanço patrimonial e não o valor ou a época de reconhecimento de qualquer ativo, passivo, receita ou despesa, ou as informações divulgadas sobre esses itens. As alterações esclarecem que a classificação de passivos como circulantes ou não circulantes se baseia nos direitos existentes no final do período de relatório, especificam que a classificação não é afetada pelas expectativas sobre se uma entidade irá exercer seu direito de postergar a liquidação do passivo, explicam que os direitos existem se as cláusulas restritivas são cumpridas no final do período de relatório, e introduzem a definição de 'liquidação' para esclarecer que a liquidação se refere à transferência para uma contraparte de caixa, instrumentos patrimoniais, outros ativos ou serviços.

ii) Alterações à IAS 1-Apresentação das DFs-Passivo Não Circulante com Covenants: A Empresa adotou as alterações à IAS 1, publicadas em novembro de 2022, pela 1ª vez no exercício corrente. As alterações indicam que apenas covenants que uma entidade deve cumprir no ou antes do final do período de relatório afetam o direito da Empresa de postergar a liquidação de um passivo por no mínimo 12 meses após a data do relatório (e, portanto, isso deve ser considerado na avaliação da classificação do passivo como circulante ou não circulante). Esses covenants afetam se o direito existe no final do período de relatório, mesmo se o cumprimento do covenant é avaliado apenas após a data do relatório (por exemplo, um covenant com base na condição financeira da Empresa na data do relatório, que seja avaliado para fins de cumprimento apenas após a data do relatório). O IASB também determina que o direito de postergar a liquidação de um passivo por no mínimo 12 meses após a data do relatório não é afetado se uma entidade tem apenas que cumprir um covenant após o período de relatório. Porém, se o direito da entidade de postergar a liquidação de um passivo estiver sujeito ao cumprimento de covenants pela entidade dentro do período de 12 meses após a data do relatório, a Empresa divulga informações que permite aos usuários das Dfs entender o risco dos passivos se tornarem amortizáveis dentro do período de 12 meses após a data do relatório. Isso incluiria informações sobre os covenants (incluindo a natureza dos covenants e quando a entidade deve cumpri-los), o valor contábil dos passivos correspondentes e os fatos e as circunstâncias, se houver, que indiquem que a Empresa pode enfrentar dificuldades para cumprir os covenants.

iii) Alteração à IFRS 16-Arendamentos-Passivo de Arrendamento em uma Transação de “Sale and Leaseback”: A Empresa adotou as alterações à IFRS 16 pela 1ª vez no exercício corrente. As alterações à IFRS 16 acrescentam exigências de mensuração subsequente para transações de “sale and leaseback” que satisfazem as exigências da IFRS 15- Contratos com clientes para fins de contabilização como venda. As alterações requerem que o vendedor-arrendatário determine ‘pagamentos de arrendamento’ ou ‘pagamentos de arrendamento revisados’ de modo que o vendedor-arrendatário não reconheça um ganho ou perda relacionado ao direito de uso retido por ele, após a data de início. As alterações não afetam o ganho ou a perda reconhecida pelo vendedor-arrendatário relacionado ao término total ou parcial de um arrendamento. Sem essas novas exigências, um vendedor-arrendatário pode ter reconhecido um ganho sobre o direito de uso que retém exclusivamente devido à remensuração do passivo de arrendamento (por exemplo, após uma modificação ou mudança nos termos do arrendamento) aplicando as exigências gerais da IFRS 16. Esse pode ter sido particularmente o caso em um “leaseback” que inclui pagamentos de arrendamento variáveis que não dependem de um índice ou taxa. Como parte das alterações, o IASB alterou o Exemplo Ilustrativo da IFRS 16 e acrescentou um novo exemplo para ilustrar a mensuração subsequente do ativo de direito de uso e passivo de arrendamento em uma transação de “sale and leaseback” com pagamentos de arrendamento variáveis que não dependem de um índice ou taxa. Os exemplos ilustrativos também esclarecem que o passivo resultante de uma transação de “sale and leaseback” que se qualifica como venda na aplicação da IFRS 15 é um passivo de arrendamento. O vendedor-arrendatário aplica as alterações retrospectivamente de acordo com o IFRS 16 a transações de “sale and leaseback” celebradas após a data da aplicação inicial, que é definida como o início do período anual de relatório no qual a Empresa aplicou a IFRS 16 pela 1ª vez.

b. CPCs Novos e Revisados Já Emitidos, Porém Ainda Não Adotados

Como parte do compromisso do CPC em adotar no Brasil todas as alterações introduzidas pelo “IASB” nas IFRSs, alterações em determinados pronunciamentos contábeis já foram divulgadas pelo IASB, as quais ainda não estão vigentes e a Empresa não adotou de forma antecipada para a preparação dessas Dfs. Não é esperado que essas alterações tenham um impacto significativo nas Dfs da Empresa no futuro.

i) IFRS 18- Apresentação e Divulgações nas Dfs: A IFRS 18 substitui a IAS 1- Apresentação das Dfs, transportando diversas das exigências na IAS 1 não alteradas e complementando-as com as novas exigências. Além disso, alguns parágrafos da IAS 1 foram movidos para a IAS 8- Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro e IFRS 7-Instrumentos Financeiros: Divulgações. O IASB, também implementou pequenas alterações na IAS 7-Demonstração do Fluxo de Caixa e IAS 33- Lucro por Ação.

A IFRS 18 introduziu novas exigências para apresentar: Categorias específicas e subtotais definidos na demonstração do resultado; Divulgações sobre as medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) nas notas explicativas às Dfs; melhorias vinculadas aos requisitos de agregação e desagregação de informações. A Empresa deve aplicar a IFRS 18 para períodos de relatório anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, sendo permitida a adoção antecipada. As alterações à IAS 7 e IAS 33, bem como a IAS 8 e IFRS 7 revisadas, entram em vigor quando a Empresa aplicar a IFRS 18. A IFRS 18 exige aplicação retrospectiva com disposições de transição específicas. Os diretores da Empresa esperam que a aplicação dessas alterações tenha um impacto sobre as Dfs da Empresa no futuro.

ii) IFRS 19- Subsidiárias sem Responsabilidade Pública- Divulgações: A IFRS 19 permite que uma subsidiária elegível forneça divulgações reduzidas ao aplicar as Normas Contábeis IFRS nas suas Dfs. A subsidiária é elegível para divulgações reduzidas se não tiver responsabilidade pública e sua controladora final ou qualquer controladora intermediária preparar Dfs consolidadas disponíveis ao público que atendam as Normas Contábeis IFRS. A IFRS 19 é opcional para subsidiárias elegíveis e descreve as exigências de divulgação para subsidiárias que optam por aplicá-la. A Empresa pode apenas aplicar a IFRS 19 se, no final do período de relatório: for uma subsidiária (isso inclui uma controladora intermediária); não tiver responsabilidade pública, e sua controladora final ou qualquer controladora intermediária prepara Dfs consolidadas disponíveis ao público que atendam as Normas Contábeis IFRS. A subsidiária tem responsabilidade pública se: seus instrumentos da dívida ou patrimoniais forem negociados em um mercado público ou se estiver no processo de emissão desses instrumentos para negociação em um mercado público (uma bolsa de valores nacional ou estrangeira ou mercado de balcão, inclusive mercados locais e regionais), ou detiver ativos em capacidade fiduciária para um grupo abrangente de estrangeiros como um dos seus principais negócios (por exemplo, bancos, associações de crédito, seguradoras, corretoras/negociantes de valores mobiliários, fundos mútuos e bancos de investimento normalmente atendem este segundo critério). As entidades elegíveis podem aplicar a IFRS 19 nas suas Dfs, separadas ou individuais. Uma controladora intermediária elegível que não aplica a IFRS 19 nas suas Dfs consolidadas pode fazer isso nas suas Dfs separadas.

A nova norma é aplicável para períodos de relatório iniciados em ou após 1/1/2027, sendo permitida a adoção antecipada. Se a Empresa optar por aplicar a IFRS 19 para um período de relatório anterior ao período de relatório no qual ela aplicar a IFRS 18 pela 1ª vez, ela deve aplicar um conjunto modificado de exigências de divulgação descrito no anexo à IFRS 19. Se a Empresa optar por aplicar a IFRS 19 para um período de relatório anual antes de ter aplicado as alterações à IAS 21, ela não deve aplicar as exigências de divulgação na IFRS 19 com relação à Falta de Conversibilidade. Os diretores da Empresa não esperam que a IFRS 19 seja aplicada para fins das dfs consolidadas do grupo.

iii) Orientação Técnica OCPC 10 e Resolução CVM 223: No dia 16/12/2024, o CPC emitiu a Orientação Técnica OCPC 10- Créditos de Carbono (tCO₂e), Permissões de emissão (allowances) e Crédito de Descarbonização (CBIO). Em consonância com esta iniciativa, a CVM publicou a Resolução 223/24, que torna obrigatória a adoção da referida orientação técnica para as companhias abertas supervisionadas pela autarquia. Esses normativos entram em vigor em 1/1/2025, aplicando-se aos exercícios sociais iniciados em, ou após, essa data.

Conforme CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, na data de publicação das Dfs, a Empresa ainda não adotou antecipadamente referida orientação técnica. Os diretores da Empresa esperam que a aplicação dessas alterações não tenha um impacto sobre as Dfs consolidadas do grupo no futuro.

Não há outras normas ou interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado do exercício ou no patrimônio líquido divulgado pela Empresa.

3. Caixa e equivalentes**Composição**

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Caixa	561	182
Bancos Conta Movimento	127	103
Aplicações financeiras (CDB) c/ remuneração baseada no CDI	937	165
	<u>1.625</u>	<u>450</u>

4. Contas a Receber de Clientes e de Partes Relacionadas**Composição do Contas a Receber de Clientes**

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Duplicatas e títulos	110	55
Cartões de Crédito	3.996	6.137
Total de Contas a Receber de Clientes	<u>4.106</u>	<u>6.192</u>
	-	-

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Auto Viação 1001 Ltda	190	-
CLUBE GIRO LTDA	2	22
ODP-OUTLET DE PASSAGENS LTDA	-	22
Expresso do Sul S/A	203	-
Total de Contas a Receber de Partes Relacionadas	<u>395</u>	<u>44</u>

5. Impostos a Recuperar**Composição**

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Imposto de renda Retido na Fonte	26	27
Total dos Impostos a Recuperar	<u>26</u>	<u>27</u>

6. Despesas Antecipadas**Composição**

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Vale Transporte	-	4
Total das Despesas Antecipadas	<u>-</u>	<u>4</u>

7. Outras Contas Ativas**Composição**

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Adiantamentos a fornecedores	110	1.112
Adiantamento por Conta de Férias	12	5
Outras	10	16
Total das Outras Contas Ativas (Circulantes)	<u>132</u>	<u>1.133</u>

8. Imobilizado líquido**8.1. Composição do imobilizado líquido de depreciação**

	(%)Taxa de depreciação anual	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Móveis e utensílios	10%	18	17
Instalações e ferramentas	10%	124	111
Total Líquido do Imobilizado		<u>142</u>	<u>128</u>

8.2. Movimentação do Imobilizado

	<u>31/12/2023</u>	<u>Compras</u>	<u>Depreciação</u>	<u>31/12/2024</u>
Móveis e utensílios	17	3	(2)	18
Instalações e Ferramentas	111	27	(14)	124
Total	<u>128</u>	<u>30</u>	<u>(16)</u>	<u>142</u>

	<u>31/12/2022</u>	<u>Compras</u>	<u>Depreciação</u>	<u>31/12/2023</u>
Móveis e utensílios	-	17	-	17
Instalações e Ferramentas	-	115	(4)	111
Total	<u>-</u>	<u>132</u>	<u>(5)</u>	<u>128</u>

9. Fornecedores a Pagar a Terceiros e a Partes Relacionadas e Passivos com Partes Relacionadas**Terceiros:**

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Fornecedores - Serviços	458	404
Total	<u>458</u>	<u>404</u>

Composição dos Fornecedores a Pagar a Partes Relacionadas

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Auto Viação 1001 Ltda	815	1.263
Opção JCA Tur. Fretamento Ltda	-	378
Viação Cometa S. A	2.461	1.889
Auto Viação Catarinense Ltda	1.277	1.770
Expresso do Sul S/A.	137	131
Rápido Ribeirão Preto Ltda	15	108
SIT Macaé Transportes S/A	-	1
Clube Giro Ltda.	-	1
Total de Fornecedores a Pagar a Partes Relacionadas	<u>4.705</u>	<u>5.541</u>

10. Salários, Encargos e Obrigações Sociais**Composição**

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Férias e Retrospectivos Encargos Sociais	492	492
Salários a pagar	137	127
Encargos previdenciários a recolher- INSS/FGTS	134	125
Outras Obrigações sociais a Recolher	3	1
Total Salários, Encargos e Obrigações Sociais	<u>766</u>	<u>745</u>

11. Impostos a Recolher, Exceto IRPJ e CSLL**Composição**

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
PIS e COFINS a recolher	96	101
Retenções tributárias a recolher	75	90
ISS a recolher		22
Total de Impostos a Recolher, Exceto IRPJ e CSLL	<u>171</u>	<u>213</u>

12. Adiantamentos Recebidos de Clientes**Composição**

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Adiantamentos Recebidos de Clientes	77	58
	<u>77</u>	<u>58</u>

13. Outras Contas a Pagar**Composição**

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Acordos e execuções cíveis a pagar	-	4
Outras contas a pagar	419	508
Total de Outras Contas a Pagar	419	512

13.1. Composição dos Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	13.909	9.991
Total dos Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital	13.909	9.991

14. Composição da Provisão para Contingências

Durante o curso normal de seus negócios, a Empresa fica exposta a certas contingências e riscos, que incluem processos fiscais, trabalhistas e cíveis e com agencia reguladora em discussão, em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, a Empresa possuía registrados os seguintes valores a título de provisão para cobrir riscos prováveis:

14.1. Composição da Provisão para Contingências

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Causas Cíveis	147	223
	147	223

Movimentação da Provisão para Contingências

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Exercício Findo em 31 de dezembro de 2023	223	285
Adições (diminuições) de provisão	(76)	(62)
Exercício Findo em 31 de dezembro de 2024	147	223

Contingências (Possíveis)

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Cíveis	28	6
Trabalhistas	-	-
Total de contingências possíveis	28	6

15. Impostos (IRPJ e CSLL) Correntes e Diferidos

15.1. (Despesas) de impostos (IRPJ e CSLL) correntes

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
(Prejuízo) Antes dos Impostos	(4.515)	(6.619)
...Adições Permanentes		
. Despesas indedutíveis	427	370
. Perda de equiv. patr.		
Total de ad. perm.	427	370
...Temporárias		
. Provisão para contingência	-	-
Total de ad. Temporárias	-	-
Valor total geral das adições	427	370
Exclusões:		
...Permanentes		
. Outras exclusões	-	(62)
Total de exc. perm.		(62)
...Temporárias		
. Provisão para contingência	(76)	
Total de exc. Temporárias	(76)	
Total geral das exclusões	(76)	(62)
Lucro tributável	(4.164)	(6.311)

15.2. Receita de Impostos (IRPJ e CSLL) Diferidas

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Receita de imposto de renda diferido, líquida	1.390	2.125
Total da Receita de Impostos (IRPJ e CSLL), diferida	1.390	2.125

15.3. Impostos (IRPJ e CSLL) diferidos ativos

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Bases Temporárias Ativas		
Provisão para Contingências	147	223
Prejuízo Fiscal de IRPJ e Base Negativa de CSLL	48.796	44.632
Total das Bases Temporárias	48.943	44.855
Alíquota dos Impostos (IRPJ e CSLL)	34%	34%
Total de Impostos (IRPJ e CSLL)	16.641	15.250

A movimentação dos impostos (IRPJ e CSLL) Diferidos Ativos

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Exercício Findo em 31 de dezembro de 2022	15.251	13.126
Redução/Adição Líquido	1.390	2.124
Exercício Findo em 31 de dezembro de 2023	<u>16.641</u>	<u>15.250</u>

16. Patrimônio Líquido

Composição do Capital Social Subscrito e Integralizado

	Número de quotas	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
JCA Holding, Transportes, Logística e Mobilidade Ltda.	44.869.872	44.869.872	44.869.872
	<u>44.869.872</u>	<u>44.869.872</u>	<u>44.869.872</u>

17. Receita Operacional Líquida

Composição

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Receita bruta:		
Receitas de Taxa de Serviço	10.821	14.636
Total da Receita Bruta	10.821	14.636
Deduções da Receita		
(-) Impostos incidentes de vendas	(216)	(293)
Total das Deduções de Vendas	(216)	(293)
Total da Receita Operacional Líquida	10.605	14.343

18. Custos dos Serviços Prestados

Composição

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Outros Custos (Pessoal, Manutenção e Outros operacionais)	(184)	(3.290)
Total dos Custos dos Serviços Prestados	(184)	(3.290)

19. (Despesas) Gerais e Administrativas e (Despesas) Comerciais**Composição**

	31/12/2024		31/12/2023	
	Despesas		Despesas	
	Administrativas	Comerciais	Administrativas	Comerciais
Salários e encargos	(4.642)	(272)	(4.013)	(245)
Benefícios a empregados	(283)	-	(213)	(6)
Serviços de terceiros	(934)	(566)	(885)	(599)
Despesas Tributárias	(1.052)	-	(1.396)	-
Despesas com cartões	-	(801)	-	(1.019)
Utilidade e serviços públicos	(13)	-	(119)	-
Despesas com aluguéis	(4)	(50)	-	(132)
Depreciações/amortizações	(16)	-	(4)	-
Outros	(1.783)	(4.520)	(1.961)	(6.271)
TOTAL	(8.727)	(6.209)	(8.591)	(8.272)

20. Outras Receitas (Despesas) Operacionais**Composição das Outras Receitas (despesas) Operacionais**

	31/12/2024	31/12/2023
Provisão p/ contingência cíveis	76	62
Multas e infrações	(26)	(51)
Outras despesas	(247)	(124)
Total Outras despesas	(197)	(113)
Total Outras receitas (despesas) operacionais	(197)	(113)

21. Resultado Financeiro, líquido**Composição do Resultado Financeiro, líquido**

	31/12/2024	31/12/2023
Receitas financeiras		
Receitas de aplicação financeira	102	61
Total das receitas financeiras	102	61
Despesas financeiras		
Juros passivos	-	(12)
Juros Ativos	48	-
Despesas bancárias	(60)	(28)
Descontos	107	(718)
Total das despesas financeiras	95	(758)
Resultado Financeiro Líquido	197	(697)

22. Cobertura de Seguros

A Empresa tem como política contratar cobertura de seguros para responsabilidade civil, seguros para determinados veículos e outras necessidades, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros e levam em consideração a natureza de sua atividade e o grau de risco envolvido. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações financeiras, conseqüentemente não foram revisadas pelos nossos auditores independentes.

23. Gerenciamento de Riscos de Instrumentos Financeiros

Os instrumentos financeiros atualmente utilizados pela empresa restringem-se a caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e a pagar nacionais, empréstimos e financiamentos, em condições normais de mercado, estando reconhecido nas demonstrações financeiras pelos critérios descritos na Nota Explicativa nº 2. Estes instrumentos são administrados por meio de estratégias operacionais visando liquidez, rentabilidade e minimização de riscos. A Empresa não efetuou aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Considerando o prazo e as características destes instrumentos, os valores contábeis se aproximam dos valores justos. A Empresa adota políticas e procedimentos de controle de riscos, conforme descrito a seguir:

(i) Política de Gestão de Riscos Financeiros

A Empresa possui e segue a política de gerenciamento de risco, que orienta em relação a transações e requer a diversificação de transações e contrapartidas. Nos termos desta política, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros são regularmente monitoradas e gerenciadas, a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa. Também são revistos periodicamente os limites de crédito. A política de gerenciamento de risco da Empresa foi estabelecida pela Administração, e nos seus termos, os riscos de mercado são protegidos quando é considerado necessário suportar a estratégia corporativa, ou quando é necessário manter o nível de flexibilidade financeira.

(ii) Risco de Estrutura de Capital (ou Risco Financeiro)

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a empresa faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a empresa monitora e gerencia permanentemente os níveis de endividamento de acordo com sua política interna, a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa. Também são revistos periodicamente os limites de crédito. A política de gerenciamento de risco da empresa foi estabelecida pela Administração, e nos seus termos, os riscos de mercado são protegidos quando é considerado necessário suportar a estratégia corporativa, ou quando é necessário manter o nível de flexibilidade financeira.

(iii) Risco de Crédito

A política de vendas da empresa considera o nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A diversificação de sua carteira de recebíveis, a seletividade de seus clientes, assim como o acompanhamento dos prazos de financiamento de vendas por segmento de negócios e limites de posição são

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras

Exercícios Findos em 31 de dezembro 2023 e 2022

(Valores Expressos em Milhares de Reais-R\$, Exceto Quando Indicado de Outro Modo)

procedimentos adotados para minimizar eventuais problemas de inadimplência em suas contas a receber. No que diz respeito às negociações financeiras e demais investimentos, a empresa tem como política trabalhar com instituições de primeira linha.

(iv) Risco de Liquidez

É o risco de a Empresa não possuir recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. Para administrar a liquidez do caixa, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela Administração.

(v) Risco de Taxas de Juros

O risco associado é oriundo da possibilidade de a empresa incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. A Empresa monitora continuamente as taxas de juros de mercado, com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de novas operações para proteger-se contra o risco de volatilidade destas taxas.

(vi) Valorização dos Instrumentos Financeiros

Destacamos os seguintes pontos: Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o valor contábil dos instrumentos financeiros registrados no balanço patrimonial, tais como disponibilidades, contas a receber e empréstimos e financiamentos, aproximam-se de seus respectivos valores de mercado; (ii) A Empresa não contrata operações envolvendo derivativos financeiros em proteção à exposição aos riscos de mercado, moedas e taxa de juros; e (iii) Os principais instrumentos financeiros ativos e passivos e os critérios de avaliação estão a seguir descritos:

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Ativos Financeiros		
Avaliados ao Custo Amortizado:		
Caixa e equivalentes de caixa	1.625	449
Contas a Receber de clientes e de partes relacionadas	395	45
	<u>2.020</u>	<u>494</u>
Passivos Financeiros		
Avaliados ao Custo Amortizado:		
Fornecedores a pagar a terceiros e partes relacionadas	5.163	5.944
Adiantamentos de clientes	77	58
Outros passivos	418	512
	<u>5.658</u>	<u>6.514</u>

24. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pela diretoria e autorizadas para emissão em 28 de fevereiro de 2025.

Rodrigo Trevizan

Diretor Executivo

CPF: 259.802.018-90

Alexandre Arantes Carvalho

Contador

CRC RJ nº RJ-127812/O-9

CPF: 134.356.907-98